

O PAPEL QUE SILENCIA A ALMA: RACISMO E PRÁTICAS MÉDICAS NA EDUCAÇÃO, UMA REFLEXÃO.

Warley Carlos de Souza¹
Regina Silva Bonfim²
Mauro José de Souza³

RESUMO

Embora as práticas médicas sejam pautadas, hegemonicamente, por princípios universalistas e igualitários, isto é, com princípios biologicistas, o objetivo central desse artigo é tencionar tais concepções ao considerar a heterogeneidade e multiplicidade no fazer médico e sobretudo, no ato pedagógico ante as determinações históricas e sociais. Refletir sobre a funcionalidade das práticas médicas no âmbito da educação escolar e suas relações com o racismo. Trata-se de um ensaio crítico, fruto de uma revisão bibliográfica sistemática. A revisão de literatura elucidou que é inegável a importância das práticas médicas para a aprendizagem e desenvolvimento do escolar, todavia, é imperioso refletir que ao serem trazidas para o interior das práticas pedagógicas (escola), sem tratamento pedagógico ela discrimina, segrega e transforma os professores em profissionais que estão a serviço das práticas médicas, movimento esse que esvazia a escola de conteúdo, fragilizando os mais frágeis nessa relação os educandos negros. O presente texto foi dividido em introdução onde se apresentou um panorama geral dos efeitos nocivos da modernidade para a população negra africana, revisão teórica, onde se apresentou o racismo e suas modificações em específico no campo da educação escolar. Já no quesito, Material e Método, apresentamos os caminhos e formas de refletir sobre a problemática da educação escolar do negro e o laudo médico como gerenciador da chave que abre as portas da humanização e, por fim, as considerações finais, onde apresentamos reflexões como possibilidades de superação da condição histórica vivida pelos negros em nosso país.

Palavras-chave: Educação, medicalização, racismo.

INTRODUÇÃO

O mundo como conhecemos na atualidade é fruto das promessas do iluminismo europeu, pode-se perceber que efetivamente o iluminismo francês foi o mais disseminado pelo mundo, assim, a igualdade, a liberdade e a fraternidade foram impostas a todos por onde essa lógica se ancorou. Todavia, esse não foi o único modelo de modernidade existente. Concorrente ao modelo francês, o modelo inglês (britânico) e o norte-americano, se fortaleceu em diferentes regiões do globo, esses protótipos competem, com isso não se pode afirmar que

¹Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (USP); Professor Associado II na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6373606398388352>. ORCID: <https://orcid.org/0000-003-2045>. E-mail: warley.souza@ufmt.

²Especialista em Psicopedagogia. Atua na Secretaria Municipal de Educação de Barra do Garças/MT. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3707520316058214>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8908-3153>. E-mail: reginasilvabonfim@hotmail.com.

³Doutor em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT); Professor Adjunto II na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5082809234439322>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6894-4591>. E-mail: maurimsouza@gmail.com.

vivemos historicamente uma modernidade, mas convivemos com vários modelos de gerenciar a vida.

Em contradição a esses parâmetros de gerir a vida, o continente africano permaneceu como seu modelo específico de organização do cotidiano. Como decorrência, receberam o rótulo de incivilizado. Pois, a Europa como epicentro da modernidade, definiu seu modelo de produção de ciência como elemento primordial de regulação das relações humanas. Essa lógica justificou a existência da escravidão, especialmente com os sujeitos oriundos da África, ao estabelecer que a periferia do mundo (América do Sul, parte da América Central e África) devia ser subordinada.

Todavia, nessa representação e constituição do homem moderno para os negros africanos que foram obrigados a deixar sua terra natal, o racismo foi imperioso. Nesse caso, o racismo pode ser conceituado como uma ação de violência contra um indivíduo, seja pela cor da sua pele, seja por descendência. Diante disso, o preconceito é construído e sustentado em meio ao processo de socialização, como o indivíduo absorve a cultura que existe antes mesmo de sua existência, a esse respeito Crochík, 2006, assevera:

preconceito (pré-conceito) é, em seu sentido etimológico amplo, o termo que se aplica às generalizações categóricas que, fundamentadas numa experiência incompleta dos fatos, não levam em conta as diferenças individuais. Todos nos prejudicamos continuamente, a respeito de muitos assuntos, e essas generalizações redundam em uma economia de esforço intelectual. Pois bem, o processo de formação de preconceitos encerra o perigo de pensar estereotipado, este só se distingue daqueles por seu maior grau de rigidez. O pré-conceito aparece quando os fatos não estão ao nosso alcance, enquanto no pensar estereotipado os fatos não contam, mesmo quando as tenhamos na mão (CROCHÍK, apud JAHODA; ACKEMAN, 1969, p.70).

A afirmação do autor elucidada que o processo de preconceito causa uma dissociação entre cultura e indivíduo, pois:

O preconceito, de certa forma, funciona como um tabu, um fato que vivemos angustiosamente no passado, perpassando por nossa imaginação, que nos coloca de sobreaviso sempre que algo ou alguém nos remete a ele. O predicado aciona o alarme para que a defesa surja frente a angústia. Como tabu, envolve o ritual: o de termos sempre as mesmas reações estereotipadas. Os estereótipos formados pelos predicados compõem o tabu frente ao objeto, em conjunto com aquela angústia (CROCHÍK, 2006, p. 21).

O racismo é tudo isso acrescido da violência, qualquer indivíduo pode ser vítima de preconceito, todavia, como o racismo foi construído em nossa sociedade ele é constituído de violência. Conforme, Bobbio (2011, p. 124.), “o racismo, repito, surge como atitude de desconfiança para com o diferente. Mas nem todos diferem do mesmo modo: há diferenças e diferenças.”

A violência empregada a esse grupo via racismo, objetiva fazer com que o indivíduo negro não se reconheça em outros indivíduos, sobretudo os negros e, assim, os considerados incivilizados, portanto, inferiores, na tentativa de se encontrar na luta da pirâmide social, acabam por assumir os hábitos e costumes dos grupos considerados civilizados. Arendt, nos ajuda a compreender essa questão:

O que faz do homem um ser político é sua faculdade para a ação; ela o capacita a reunir-se com seus pares, a agir em concerto e a almejar objetivos e empreendimentos que jamais passariam por sua mente, para não falar nos desejos de seu coração e a ele não tivesse sido concedido esse dom – o de aventura-se em algo novo (ARENDR, 2022, p. 93).

A segunda base, os europeus, se lançaram ao mar, para colonizar as nações incivilizadas com o pretexto de humanizar e civilizar, sobre essa premissa Césaire (2010), assevera:

Entre colonizador e colonizado só há lugar para o trabalho forçado, para a intimidação, para a pressão, para a polícia, para o tributo, para o roubo, para a violação, para a cultura imposta, para o desprezo, para a presunção, para a grosseria, para as elites descerebradas, para as massas envilecidas (CÉSAIRE, 2010, p.31).

A estruturação do capitalismo fora da Europa se deu por meio da violência explícita contra os não europeus, pois, enquanto, os europeus tinham tempo livre para construir e se constituir como eruditos, os negros sobretudo do continente africano foram retirados do seu habitat, trazidos para outro continente forçadamente e, tiveram suas raízes arrancadas furiosamente pelos agressores, tiveram seus nomes trocados, sua religião substituída, suas comidas eram primitivas e foram obrigados a viver sem filiação e principalmente memórias.

Mbembe, 2022, nos ajuda a compreender essa questão:

O capitalismo racial é o equivalente de uma vasta necrópole. Ele se baseia no tráfico dos mortos e das ossadas humanas. Evocar e convocar a morte exige que se saiba dispor dos restos ou relíquias dos corpos daqueles que matamos, capturando o seu espírito. Esse processo de captura e de rejeição dos espíritos e das sombras daqueles que foram mortos constitui, na verdade, o trabalho do poder noturno (MBEMBE, 2022, p.240).

Por outro lado, o sonho que a ciência libertasse a todos não se concretizou, pois, os incivilizados que não estavam na Europa, principalmente aqueles que habitavam o continente africano e de lá foram retirados a força, a escola não foi um benefício recebido e, assim, sobre esse pesa dois tipos de preconceito e violência, o primeiro pela cor da pele ou sua origem (negra), segundo, por não reconhecer a ciência como elemento basilar de sua existência. Como consequência, o conhecimento científico que o libertaria, no caso do negro o aprisionou duas vezes, a primeira a escravidão, a segunda, por não ser um cidadão moderno, não sabia ler nem escrever.

Nessa direção, esse apagamento do negro na sociedade, deixou de herança não dinheiro ou conhecimento, às gerações futuras, mas ao invés disso receberam de herança o preconceito, a discriminação e a obediência por meio do chicote.

2. RACISMO E SUAS METAMORFOSES: o caso da educação

A transição do feudalismo ao capitalismo trouxe em seu bojo a produção excessiva e a competição social. Nessa direção o capital transformou a natureza para se fortalecer, primeiro, o capitalismo, só existe em grandes aglomerados urbanos e, em função disso, foi preciso transformar o camponês em trabalhador, acima de tudo consumidor.

Nesse caso as luzes (iluminismo) não chegaram para todos, embora a escravidão tivesse chegado ao seu fim, as possibilidades de sair das trevas não chegaram aos negros. Pochamann, 2022, nos ajuda a compreender melhor:

A transição da sociedade agrária escravista no último quarto do século XIX introduziu as bases materiais do Estado capitalista no Brasil, embora tenha sido somente a partir dos acontecimentos da década de 1930 que se constituiu moderno em conjunto com as particularidades da revolução burguesa, desencadeadora do projeto de industrialização nacional. Sem passado feudal, conforme a experiência europeia, a constituição do Estado capitalista no Brasil perseguiu o caminho liberal tradicional com a centralização das funções de justiça, a coleta de tributos e a defesa territorial (POCHAMANN, 2022, p.19).

Nessa constituição, o Estado brasileiro em função da sua jovialidade, saltou a transição entre feudalismo e capitalismo, assim, nasce preconceituoso com a necessidade de separar os mais aptos, os mais capazes, tendo como base o olhar europeu. Essa premissa justifica a criação de leis, que pudessem separar os aptos dos menos aptos do contexto escolar, se pode mencionar, a Lei de número 01 de 1837, e o Decreto nº 15 de 1839 (Brasil, 1837, art. 3º) que em seu texto expressa, “Os escravos e os pretos Africanos, ainda que sejam livres ou libertos” estavam proibidos de frequentar escola pública.

Anos mais tarde, em 1827, foi publicada a primeira Lei nacional sobre instrução pública, porém, não fazia qualquer menção à educação escolar da população negra (Saviani, 1999). Esse quadro foi alterado ao menos inicialmente, com a permissão, em 1878, quando por um decreto foi permitida a matrícula de negros libertos maiores de quatorze anos nos cursos noturnos. No ano seguinte, através da reforma do Ensino Primário e Secundário de Leôncio Carvalho instituiu-se a obrigatoriedade do ensino entre os sete aos catorze anos, além da permissão da frequência dos escravos nas escolas públicas (Santana; Moraes, 2009; Domingues, 2007).

O capitalismo precisou se remodelar, se reorganizar, em cada reorganização a expropriação dos diferentes espaços do indivíduo negro, foi visível. Então, a implementação

do liberalismo se deu excluindo, segregando o indivíduo negro, dos mais variados espaços, pois, com a retirada em massa desses indivíduos, do meio rural em função do fim da escravidão, isso inchou as cidades, os negros saem da condição de escravos para periféricos e as políticas públicas pensadas pelo Estado brasileiro sempre estavam voltadas para o centro, para a periferia a baixa ou a inexistência da presença do Estado, para o centro o necessário, para a periferia o que é possível.

Diante disso, o caminhar do negro, os que percebiam a relação da ausência da capacidade de lutar, passaram a se render ao ditames da lógica europeia untada da competição em que nem todos estão lutando com as mesmas armas, assim, o movimento de tentativa de sair da periferia, os negros já sem raízes, sem passado e futuro ou seja, história, socialmente analfabetos, e incivilizados por natureza, uma vez que, não se pode trocar a pele, mas se pode trocar de roupas, não se pode trocar de aparência, se constitui famílias com pessoas com pele branca, na tentativa que seus descendentes tivessem o racismo minimizado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesse caminhar, a modernidade objetivou a existência de um mundo público, político, em que a palavra, a ação se justificam, portanto, por essência o mundo da liberdade e responsabilidade, conforme assevera Arendt (2005, p. 199): “os homens são livres diferentemente de possuírem o dom para a liberdade – enquanto agem, nem antes, nem depois; pois ser livre e agir são uma mesma coisa”.

Por outro lado, o desenvolvimento do capitalismo estratificou a sociedade em classes o que por sua vez, objetivou que cada classe social deveria receber um nível de ciência (educação). Diante disso, a educação se diferenciou da disciplinização, a última caberia a família, a criança ao ir para a escola deveria, ser capaz de permanecer sentada, obedecer a ordens, possuir foco, ser capaz de manter raciocínio lógico. Com o firmamento do capitalismo em nosso país na década de 1930, que desencadeou o processo de urbanização foi preciso separar os capazes dos incapazes de obter os benefícios do uso da razão.

O discurso médico higienista foi o escolhido em função de que o nascimento da medicina se deu na estruturação de um discurso cientificado, assim, a dor de cabeça se transformou em cefaleia, caroço em tumor, enfim, o discurso médico estendeu seus tentáculos a todas as esferas da sociedade, transformando pobreza em doença, em transtorno e a cor da pele em dificuldade de aprendizagem e insubordinação.

A lógica perversa seria, encaminhar as crianças para o serviço médico para que as falhas das famílias fossem corrigidas, assim, ao patologizar o comportamento das crianças negras, pois a mistura entre pobreza e família desestruturada gera uma incapacidade gigantesca que essa criança possa receber os benefícios oriundos da ciência.

Conforme nos elucidada Gondra, 2007:

Tal proposição objetiva a criação de um “médico político”, que justifica em função de a sociedade com sua desorganização e mau funcionamento, é causa de doença, a medicina deve refletir e atuar sobre seus componentes naturais, urbanísticos e institucionais visando neutralizar todo o perigo possível: nasce a periculosidade e com ela a prevenção (GONDRA, 2007, p.525).

Esse movimento transformou a normalidade numa questão eminentemente estatística, pois, o comportamento humano (subjetividade) passou a ser medicalizado, medido pelas estatísticas médicas, em função de que questões sociais serem desconsideradas e a biologia ser o único elemento a ser observado, o que reduz a diferença a uma questão própria da essência da historicidade do objeto, nesse caso todo aquele que foge ao padrão é transformado em doença.

Nesse processo de patologização do cotidiano e da cor (raça), a figura do negro em função da sua historicidade em território brasileiro, foi condenado a condição de doente, de deficiente, pois, a sua biologia não o privilegiava de inteligência, nem tão poucas condições de viver na urbanidade, segundo os parâmetros médicos, conforme assevera Khalfa (2020 p. 55), “sob a capa da ciência, a naturalização da doença mental com base racial significativa, na realidade, transformar em norma natural certa estrutura cultural importada da Europa”.

O exposto nos arremessa a uma contradição significativa, pois, de um lado temos um projeto de modernidade que objetiva a erudição a toda a população, do outro o indivíduo negro que lhe é negado sumariamente a entrada nesse projeto, primeiro em função do projeto português, que ao se lançar em terras desconhecidas e aportar em terras africanas, retirou do negro toda possibilidade de gerir o seu próprio projeto de modernidade. Segundo, trazido para o Brasil como irracional reverbera o pensamento por Hitler, que a Raça superior nasceu para comandar, assim:

A raça funciona como mecanismo de distinção entre quem tem o conhecimento de sua humanidade como atributo exclusivo (brancos) e as espécies não humanas. Entre esses dois mundos não há conciliação possível. A causa é consequência: a pessoa é rica porque é branca, é branca porque é rica (FANON, 2022, p. 30).

O modo de produção capitalista se reestruturou e assim, modificou o modo de estruturação da sociedade e da escola. Essa reestruturação não apresenta um conceito claro e objetivo, uns chamam de pós-críticos, outros de estudos culturais, outros de modernidade

tardia, outros sociedade da informação e, por fim, pós-moderno. Todavia, nesse trabalho, chamaremos apenas de reorganização do modo de produção capitalista, por entendermos que esse debate extrapola o objetivo desse trabalho.

Nesse caso, a nova condição social seria regida pelo distanciamento dos princípios franceses ou alemão, e passando a negar ou ao menos repensar a ciência moderna como balizadora de nossa existência, gerando dessa forma, um imenso conflito, os resistentes a esse modelo, afirma que isso representa retorno a idade das trevas, que os incivilizados tomariam conta do mundo, uma vez que esse movimento representa a privatização do mundo público. Por outro lado, os defensores que acreditam na construção de um novo modelo de ciência, de epistemologia.

A existência ou não de um mundo pós “alguma coisa”, extrapola como já disso dito nosso debate esse que chegou à escola se esvaziando seu interior de conteúdo, pois, a provável ausência de futuro sacralizou social e pedagogicamente o presentismo, nesse caso somente o presente importa. Sendo a educação um grande devir, ou seja, um vir a ser, e assim, perdeu sua característica primordial, de no presente preparar indivíduos para o futuro.

Na estreita ligação entre o mundo do trabalho e educação é evidente que o projeto neoliberal, objetiva deixar o negro sob sua tutela, negando a ciência e propagando a autoeducação.

Esse movimento desola significativamente para o campo do preconceito o ato educativo, em função, de deslocar a ação pedagógica para o terreno pantanoso que são as práticas médicas, pois os critérios para construção do laudo transformam questões sociais em questões biológicas raciais. Conforme anuncia Collares e Moysés, 1996:

O processo de patologização é duplamente perverso: rotula de doentes crianças normais e, por outro lado, ocupa com tal intensidade os espaços, de discursos, propostas, atendimentos e até de preocupações que desaloja desses espaços aquelas crianças que deveriam ser os seus legítimos ocupantes. Expropriadas de seu lugar, permanecem à margem das ações concretas das políticas públicas (COLLOARES; MOYSÉS, 1996, p.07).

Ainda, tal conceito, nos remete a entender a transformação de causas sociais em patologias biológicas, dissociam ensino de aprendizagem, visto que, parte do princípio que onde tem ensino tem aprendizagem de forma direta e, assim, as crianças que não aprendem de forma direta, são rotuladas e encaminhada aos mais variados serviços médicos.

Dessa forma, o ato pedagógico ocorre mediante a cura do estudante, nesse caso a criança negra, que não possui habilidades, tão pouco socialização para afrontar os rótulos sobre elas lançados, se entregam de corpo e alma aos serviços médicos para que a cura seja providenciada.

Nesse caminhar não somente a criança negra sofre com a estigmatização, mas toda a sua família, por ganhar o rótulo de desestruturada, de negligente e, a demora na chegada da cura aumenta significativamente os rótulos que essa criança e família recebem. Diante disso, ao analisar a história dos serviços de saúde que atendem crianças em idade escolar, comprova a negligência que essas crianças sofreram com a implementação de políticas públicas de saúde, pois, esses menores são atendidos pelos serviços de saúde do escolar que atendem as que estão matriculas. Diante disso, a família não é entendida como suporte, pois, irmãos e pais não são assistidos, tornando a ação apenas paliativa.

Em análise ao Decreto 6.286/2007, que institui o Programa de Saúde na Escola, para além de representar grande avanço no debate sobre os aspectos de saúde na educação, todavia, não representa um avanço significativo, pois, o próprio nome pressupõe uma relação desigual entre educação e saúde, visto que, a lógica da saúde na educação muda apenas o local onde as práticas médicas ocorrem, portanto, em sua gênese o decreto pressupõe os serviços médicos indo a escola sem ouvir, sem debater com os profissionais que lá estão. Ainda o decreto pressupõe somente a formação do professor para lidar com a saúde, jamais o contrário é pensado, pois, quem são os professores para questiona o saber médico, assim, o decreto reforça que os professores atuem como paramédicos, que possuem apenas a função de separar os “doentes” dos não-doentes.

Ao preconizar ações no contexto da educação ao ler o decreto, fica evidente que a preocupação é eminentemente biológica, em função de que em seu interior não trata em nenhum momento que seja uma relação profissional entre os profissionais da saúde e educação, diante disso, os professores realizam suas queixas e os “médicos” produzem curas.

Em relação a isso melhor ouvir Foucault na integra:

Os anos interiores e imediatamente posteriores à revolução viram nascer dos grandes mitos, cujos temas e polaridades são opostos; muito de uma profissão médica nacionalizada, organizada à maneira do clero e investida, ao nível da saúde e do corpo, de poderes semelhantes aos que este exercia sobre as almas; mito de um desaparecimento total da doença em uma sociedade sem distúrbios e paixões, restituída à sua saúde de origem. A contradição manifesta dos dois temas não deve iludir: tanto uma quanto a outra destas figuras oníricas expressam como que em preto e branco o mesmo projeto da experiencia médica. Os dois sonhos são isomorfos: um narrando de maneira positiva a medicalização rigorosa, militante e dogmática da sociedade, por uma conversão quase religiosa e a implementação de um clero da terapêutica; o outro, relatando esta mesma medicalização, mas de modo triunfante e negativo, isto é, a volatilização da doença em um meio corrigido, organizado e incessantemente vigiado, em que finalmente, a própria medicina desapareceria com seu objeto de ser (FOUCAULT, 1980, p. 57).

As práticas médicas tradicionalmente objetiva a classificação de seus usuários num padrão estatístico imutável, modelo esse que invisibiliza apaga as histórias individuais, bem

como, separa os indivíduos por manietações patologias e, diante disso, o indivíduo perde sua subjetividade que passa a ser a própria patologia. Assim, não é espantoso quando na escola os educandos serem classificados por suas patologias e dificuldades, como se estivessem em um hospital.

Fundamental observar que esse apagamento, essa invisibilidade o condiciona a condição de imoral, assim a boa moral e a boa saúde andam juntos, melhorando nossa saúde temos condições morais e, melhorando nossas condições morais, melhoramos nossa saúde.

Contudo, a transição e mudanças no modo de produção do capital privatizou não somente as empresas, mas principalmente as relações humanas, por meio e diante disso, a ética transitou para a bioética, uma ética individualizada, uma ética em que o indivíduo estabelece seus princípios e parâmetros de existência no mundo. Diante disso, o indivíduo negro, o educando negro não teria esse benefício, pois, como possui moral duvidosa, sobre ele recai a ultra disciplina.

Essa estruturação do cotidiano, objetiva gerar uma nova disciplina, novas formas de controle social, em função da desintegração do homem com a natureza, a nova ordem se estruturaria:

[...] em torno em torno de um corpo perfeito, livre de germes de doenças possíveis, mas também um planeta perfeito, livre por sua vez de todas as possíveis catástrofes “ecológicas”, uma terra devolvida a si mesma, na sua pureza suposta original. A imagem santificada de gaia, mãe generosa, a divindade terra, responde em escala planetária, à do corpo humano individuado, pensado também como lugar santo, lugar de uma saúde ela mesma santificada. No horizonte, mais que uma bioética, está a visão de uma fusão perfeita do mundo e do indivíduo, uma eco-bio-religião que se desenha (SFEZ, 1995, p. 90).

Diante da premissa do autor, indivíduos com pele negra sofreriam com essa lógica, primeiro ao ter seu comportamento patologizados, medicalizado, seus valores são oriundos de relações tradicionais familiares, sua religião tem princípios tradicionais, logo será excluído novamente, pois:

Para analisar o racismo, não basta situá-lo como um fenômeno individual, ontogênico, tampouco como uma característica universal de espécie, filogenética: Freud, por meio da psicanálise, exigiu que esse levasse em conta o fator individual. Ele substituiu uma tese filogenética pela perspectiva ontogenética. Veremos uma alienação do negro não é uma questão individual. Além da filogenia e da ontogenia, existe a sociogenia (FANON, 2020, p.25).

O inimigo não está mais fora no mundo exterior, não é mais incivilizado, não é mais o asiático, o africano (negro), o judeu, o inimigo agora está em nós, no interior da cidade poluída, no bairro sem estrutura (na comunidade/favela), em nossos corpos enfermos. Os inimigos estão em todos os lugares, em nossos genes, e, ao mesmo tempo, em nenhum lugar. Portanto, não seria mais Deus, a ciência ou do povo que emerge as luzes e /ou a razão, emerge

de todas as partes, dos grandes laboratórios instituídos, da individualidade, da fluidez, das pseudociências Sfez, 1995.

Assim, os negros vivendo na periferia do mundo e das grandes metrópoles, assiste sua existência ser medicalizado e judicializada como analfabetos funcionais, como drogaditos, enfim, como simplesmente seres inferiores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivamente a visão romântica moderna, todavia, violenta, violentou de todas as maneiras os seres negros em função da cor da sua pele, incutiu na grande massa por meio da eugenia que esse ser, os machos não são dotados de inteligência, as fêmeas são desprovidas de princípios morais e éticos. Assim, a escolarização formal não pode ser benefício para esses, em diferentes momentos históricos, impedimentos foram criados para manutenção da distância de sua presença juntos aos bem-dotados de inteligência, aos bens nascidos.

Nessa direção salientamos que a educação é o ato de cultivar gente, de formar gente, gente que se reconhece em gente, que não separa pela cor da pele. Neste sentido, fundamental se faz, revermos por meio de interlocuções eruditas na formação dos diferentes profissionais de saúde, de assistência social, sobretudo, de educação na direção que o fato de ser negro não faz da criança uma oriunda de um lar desestruturado, que seu comportamento não é impulsivo, que as discalculias, afasias, assomatognsias, são formas europeias de arremessar o negro para o subemprego, para os presídios e manicômios.

Ainda, que o laudo médico, que as práticas médicas, disfarçadas em neuropedagogias, neuro aprendizagem, não torne a criança negra doente e sobretudo, que retirem dela sua condição de devir humano, pois, é importante salientar que ninguém nasce humano se torna humano na presença de outros humanos.

REFERÊNCIAS

BARBOSA. Jonnefer. **Sociedade do Desaparecimento**. São Paulo n1 edições, 2021.

BARROS, S. A. P. **Discutindo a escolarização da população negra em São Paulo entre o final do século XIX e início do XX**. In: ROMÃO, J. (Org.). História da educação dos negros e outras histórias. Brasília/DF: Ministério da Educação, 2005. Disponível em: [<http://historia_educacao_negro.pdf \(mec.gov.br\)>](http://historia_educacao_negro.pdf (mec.gov.br)). Acesso em: 28 abr. 2019.

CÉSAIRE. A. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo, editora letras contemporâneas, 2010.

COLLARES, C.A.L. E MOYSÉS, Mb.A.A. **Preconceito no cotidiano escolar. Ensino e medicalização.** São Paulo, Cortez-FE/FCM Unicamp, 1996.

BOBBIO, N. **Elogio da Serenidade e outros escritos.** São Paulo, editora UNESP, 2011.

CROCHÍK, J. L. **Preconceito, indivíduo e cultura.** São Paulo: casa do psicólogo, 2006.

FOUCAULT, M. **O nascimento da clínica.** Rio de Janeiro, Forense-universitária, 1980.

FANON, F. **Pele Negra, Máscaras brancas,** editora UBU, 2020.

GONDRA, J. **Medicina, Higiene e educação escolar.** In. LOPES, E.M.T et al. 500 anos de educação no Brasil. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

KHALFA, J. **Fanon, psiquiatra revolucionário.** In: FANON, Frans. Alienação e Liberdade: escritos psiquiátricos. São Paulo: Ubu editora, 2020.

MARTINS, J. S. **A sociedade a Beira do Abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais,** Petrópolis-RJ, ed. Vozes: 2008.

MOURA, C. **Sociologia do Negro Brasileiro.** São Paulo; Ática, 1998.

MBEMBE, Achile. **Crítica a Razão Negra.** São Paulo: n1 edições, 2022.

SANTANA, J. V. J.; MORAES, J. O. **História do negro na educação: indagações sobre currículo e diversidade cultural.** Revista Espaço Acadêmico, Maringá/PR, n. 103, dez 2009. Disponível em: Acesso em: 27 abr. 2019.

SAVIANI, D. **Política e educação no Brasil - O papel do Congresso Nacional na legislação de ensino.** Campinas/SP: Autores Associados, 1999.

SFEZ, L. **A saúde perfeita: crítica de uma nova utopia.** São Paulo. Edições Loyola, 1995.

SOARES, Carmen. **Educação Física e Raízes Europeias.** Autores Associados, Campinas - 2017

SOUZA, J. **A elite do Atraso: da escravidão à lava Jato.** Rio de Janeiro: Leya, 2017.

